



## “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

**Eixo temático:** Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

**Sub-eixo:** Ênfase na Questão Agrária

### ESTADO E BURGUESIA NA AGROINDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA

**NORDESTINA:** dimensões contemporâneas

LUCAS BEZERRA <sup>1</sup>

**RESUMO:** O artigo discute a contemporaneidade da relação entre o Estado e a burguesia vinculada à produção dos derivados da cana-de-açúcar no Nordeste brasileiro sob a hegemonia do agronegócio. A problematização é desenvolvida a partir de três elementos: i) a presença direta e/ou indireta do empresariado nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; ii) a pauta de reivindicações das entidades político-patronais junto ao Estado; iii) o binômio financiamento/endividamento como constitutivo da prática empresarial dos usineiros. A metodologia utilizada conjuga fontes bibliográficas, documentais, além de pesquisa empírica realizada junto a dirigentes de entidades patronais.

**Palavras-chave:** Burguesia. Agronegócio. Agroindústria do Açúcar e do Alcool. Nordeste brasileiro.

**RESUMEN:** El artículo discute la contemporaneidad de la relación entre el Estado y la burguesía vinculada a la producción de derivados de la caña de azúcar en el Nordeste brasileño bajo la hegemonía del agronegocio. La problematización se desarrolla a partir de tres elementos: i) la presencia directa y/o indirecta del empresariado en los Poderes Ejecutivo, Legislativo y Judicial; ii) el pliego de pretensiones de los políticos-

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De Alagoas

patronales al Estado; iii) el binomio financiamiento/deuda como constitutivo de la práctica empresarial de los ingenios. La metodología utilizada combina fuentes bibliográficas y documentales, además de investigaciones empíricas realizadas con directivos de entidades patronales.

**Palabras clave:** Clase burguesa. Agronegocio. Agroindustria Azucarera y Alcoholera. Nordeste brasileño.

## I. INTRODUÇÃO

A cadeia produtiva da cana-de-açúcar particulariza-se em função do peso histórico e estrutural que possui na formação econômico-social brasileira. Primeira atividade econômica amplamente praticada no território nacional, passa a comportar, com o desenvolvimento de *relações especificamente capitalistas*, indústria e agricultura, capital e propriedade fundiária, lucro e renda da terra.

Nos anos 2000, o monocultivo da cana figurou entre principais setores do agronegócio brasileiro, sendo um dos que mais produziu, exportou e avançou territorialmente. Interpretamos esse período como um *novo ciclo restaurador*, dado que não só supera uma grave crise como a enfrentada pelo setor nos anos 1990 como denota o mais estrondoso ciclo econômico dos derivados da cana-de-açúcar em nossa história. Trata-se, afinal, de uma retomada que ocorre num período qualitativamente distinto do desenvolvimento capitalista na agricultura, marcado pela hegemonia do agronegócio, sintetizado na condição de *grande empresa agrário-capitalista-financeira* (Fontes, 2010). Mobilizada pelo lucro e pela renda da terra, revela uma associação entre o grande capital agroindustrial, a grande propriedade fundiária e o capital financeiro, incrementando seus negócios no campo brasileiro (Delgado, 2010).

Nestes termos, a lógica do *agribusiness* expressa um conjunto de relações econômicas - mercantis, comerciais, financeiras e tecnológicas - entre os setores agrícola, agroindustrial e agropecuário e aqueles situados em ramos diversificados da indústria, do comércio e dos serviços. Segundo Heredia, Palmeira e Leite (2009),

a ideia do agronegócio representa uma radicalização daquela visão levada a efeito pela modernização conservadora da agricultura, em que o lado *agrícola* perde relevância e o *industrial* é abordado “tendo como referência não a unidade local, mas o conjunto de atividades do grupo que a controla e suas formas de gerenciamento” (p. 03).

O Estado, ao cumprir sua funcionalidade, tem sido decisivo nessa dinâmica, viabilizando as condições necessárias à reprodução ampliada do capital na agricultura mediante o fornecimento de incentivos fiscais, tributários e infraestruturais. Sensível às pressões das entidades organizadas da burguesia agroindustrial, o aparato estatal torna-se, portanto, fiador do agronegócio, como o foi nos períodos anteriores do desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira.

Em atenção ao setor produtivo aqui analisado, é decisiva a participação do Estado na trajetória da produção agroindustrial dos derivados da cana-de-açúcar no Brasil. Presente desde a antiga formação social escravista, sob os auspícios do tripé latifúndio/monocultura/escravidão, a via particular de formação do Estado Moderno entre nós, a partir do século XIX, arrastou consigo o apoio sistemático às classes dominantes no setor canavieiro. Assim tem sido em diferentes momentos de nosso desenvolvimento histórico: na substituição dos engenhos pelas usinas nas décadas de 1870 e 1880, na fundação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) nos anos 1930, na criação do Programa Nacional do Alcool (Pro-Alcool) nos anos 1970, apenas para mencionar marcos mais expressivos e que possuem em comum o investimento estatal no setor sucroalcooleiro com vistas à realçar a concentração fundiária e industrial e, por conseguinte, as desigualdades sociais que imperam sobre o campo brasileiro.

Neste artigo, nosso objetivo consiste analisar a relação entre Estado e classes dominantes na agroindústria sucroalcooleira a partir de sua contemporaneidade e na particularidade da “zona da cana” nordestina, constituída pelos três principais estados produtores de cana-de-açúcar na região: Alagoas, Pernambuco e Paraíba.

O desenvolvimento da problematização organiza-se segundo três eixos:

- a presença direta e/ou indireta do empresariado nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;

- a pauta de reivindicações das entidades político-patronais junto ao Estado;
- o binômio financiamento/endividamento como constitutivo da prática empresarial dos usineiros.

Parte dos resultados apresentados provém de nossa tese de doutorado, defendida em 2022 no âmbito do Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nela sustentamos a existência de uma *nova morfologia* dos usineiros no Nordeste brasileiro, a qual tem redefinido os métodos de acumulação, dominação, exploração e expropriação articulados por esse segmento, ampliando-os num movimento combinado de *conservação* e *renovação*. Nisto se incluem as relações políticas e econômicas entre usineiros e Estado. Metodologicamente, valemo-nos de triangulação entre pesquisa bibliográfica, documental e empírica. No caso da última, entrevistamos dirigentes de entidades patronais (sindicais e associativas) na “zona da cana” nordestina.

Afora esta introdução e as considerações finais, a exposição encontra-se disposta em dois momentos. Primeiro, recuperamos brevemente as características fundamentais do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, nisto incluindo a ação estatal e as características por ela assumida. Segundo, concentramo-nos na explanação das tendências contemporâneas da relação entre Estado e usineiros no Nordeste brasileiro.

## **II. ESTADO E CAPITAL NO SETOR SUCROALCOOLEIRO: TENDÊNCIAS NOS ANOS 2000**

Embora o peso da cana-de-açúcar na economia nacional deva ser compreendido enquanto um processo de longa duração, é inegável que, na cena contemporânea, a centralidade assumida pelo etanol demarcou, enquanto pilar da política energética, um novo estágio na dinâmica do setor sucroalcooleiro no Brasil. Elementos externos e internos contribuíram para isso.

No plano internacional, destacam-se as oscilações e a alta nos preços do petróleo incentivado por um contexto de tensões político-econômicas no Oriente

Médio, à busca por fontes energéticas renováveis, o aumento do consumo da tecnologia *Flex* na China e na Índia e a agenda de “sustentabilidade ambiental” (Lima, 2013). Já na conjuntura interna, aproveitou-se o momento econômico favorável ao mercado de etanol, mediante a ampliação da produção de cana-de-açúcar processada em álcool. Desencadeia-se, especialmente a partir de 2005, “(...) um forte movimento do agronegócio canavieiro em diferentes frentes de expansão no território nacional, fazendo emergir novas (re)configurações geográficas e espaciais, tanto no âmbito do capital como do trabalho, tendo como grande aliado o Estado” (Soares *apud* Lima, 2013, p. 22).

Malgrado a soja seja a cultura mais plantada, a cana de açúcar foi o setor do agronegócio brasileiro que mais cresceu na segunda metade da primeira década do século XXI. Em 2005, a taxa de crescimento da produção de soja foi 1,3%, enquanto a produção de derivados da cana cresceu 26,7% (OMC, 2005). Por consequência, o ritmo de crescimento do etanol também tem sido extraordinário. Atualmente, o Brasil é responsável por 45% do etanol produzido mundialmente. Para os empresários do setor, o objetivo consiste em manter a marca de “grande *commodity* internacional” e, se possível, ampliá-la<sup>2</sup>.

Para que tamanho crescimento tomasse forma era necessário, ao mesmo tempo, **i) ampliar as áreas com produção de cana-de-açúcar e ii) intensificar a produtividade do trabalho**. E foi exatamente isso que ocorreu. Entre 2005 e 2015, a área destinada à plantação praticamente duplicou: de 5,3 milhões de hectares para 9,7 milhões de hectares (UNICA, 2015), tendo como principal eixo a região Centro-Sul, e não mais a região Norte-Nordeste.

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)<sup>3</sup>, o Brasil é hoje o maior produtor de cana e lidera o *ranking* mundial de produção e exportação de açúcar e etanol. Em 2013, a produção canavieira atingiu seu recorde: 670 milhões de toneladas (IBGE, 2014), um aumento de aproximadamente 142% em relação ao início dos anos 2000 (MAPA, 2014). É tanto que, desde 1975, quando da instituição do Pro-Álcool, o ritmo da produção praticamente só cresce,

---

<sup>2</sup>Essa assertiva pode ser confirmada na Seção “Opinião” da UNICA, mas também no site da *Raízen* (corporação da fusão Cosan-Shell). Disponível em: <<http://www.raizen.com.br/apresentação.pdf>>. Acesso em 23 nov. 2015.  
<sup>3</sup>Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/cana-de-acucar>>. Acesso em 24 nov. 2015.

intensificando-se de modo particular nos anos 2000.

No relatório de acompanhamento da safra 2013/2014, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) reconhece que a cultura da cana-de-açúcar permanece em expansão. De acordo com esse documento, a região Norte/Nordeste praticamente se mantém com a mesma área para a safra de 2015, em certa proporção por conta da seca, que exigiu encerrar a colheita antes do previsto pelos usineiros. Já os estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul aumentaram conjuntamente suas áreas de produção num total de 329,9 mil hectares.

No que alude ao processamento da cana em álcool e sua relação com a indústria automobilística, Lima (2013) observa que no ano de 2009 quase 100% da venda de veículos no país foi do tipo *flex*. Das vendas totais, apenas 8,6% foram de automóveis movidos a álcool ou à gasolina. Assim, de cada cem veículos vendidos apenas nove não incorporaram, nesse ano, a tecnologia bicombustível.

Do ponto de vista das requisições internacionais, o mercado europeu é elucidativo. Entre 2006 e 2010 o consumo de combustíveis “renováveis” na zona do euro saltou de 5,9 milhões de toneladas para 12,6 milhões de toneladas, representando uma alta de 113%. Os Estados Unidos, por sua vez, projetam para 2022 um consumo de 136 bilhões de litros de biocombustíveis, um volume três vezes maior em relação ao consumo atual do Brasil, que é de aproximadamente 25 bilhões de litros (safra 2010) (CONAB, 2014). Em virtude dessas exigências, apenas em 2008, às vésperas do estopim da crise, o Brasil exportou 5.122,14 m<sup>3</sup> de etanol, conforme dados da Secretaria Especial de Comércio Exterior (SECEX, 2011). Deste modo, parece estar certa a hipótese de que o etanol foi o “menino dos olhos” dos governos Lula e Dilma.

Nacional e internacionalmente, as movimentações do capital, em sua fase monopolista, têm se tornado cada vez mais complexas. No caso do setor sucroalcooleiro brasileiro, as tendências à concentração e centralização de capitais, à valorização da propriedade fundiária<sup>4</sup> (Iamamoto, 2001), à estrangeirização das terras (Moreira, 2011), ao acirramento das expressões da “questão social” (Tavares,

---

<sup>4</sup>A propósito da relação entre capital e propriedade fundiária, particularmente na economia açucareira, ver estudo de Wanderley (1979).

2009) e à combinação entre “moderno” e “arcaico” permanecem atuais. Essas tendências se desenvolvem no bojo das características estruturais e conjunturais do espaço agrário brasileiro, cada vez mais integrado à dinâmica da sociedade urbano-industrial, ora nas estruturas de dominação, ora nas de apropriação (Ianni, 1995). É, pois, no contexto dessas determinações que se verifica, no espaço agrário nacional, a intensificação destrutiva da monocultura da cana-de-açúcar, ainda associada ao latifúndio e aos impactos sociais e ambientais daí resultantes, cumprindo o circuito do *desenvolvimento desigual e combinado* que significa, em linhas gerais, a “aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as modernas” (Trotsky, 1967, p. 25).

De tal modo, os usineiros comemoram o sucesso da produção como se esse fato constituísse um sinônimo de grandes avanços para o desenvolvimento do país. Autoproclamam-se redentores da economia nacional, protagonistas da construção de um modelo energético “limpo e renovável”. Escondem, no entanto, que a riqueza e a “limpeza” de tal fonte energética estão assentadas na “sujeira” do trabalho análogo ao escravo e nas mortes por exaustão registradas no corte manual da cana-de-açúcar, ilustração sagaz do “peso de atraso” (Martins, 1999) na economia brasileira.

Na complexa dinâmica da fusão entre capital agrário, capital industrial e capital financeiro, o recurso a um exemplo parece-nos ser um bom ponto de partida para evidenciar a dinâmica recente da relação entre Estado e setor sucroalcooleiro no Brasil. Reportamo-nos, aqui, à maior produtora desse setor no país: a corporação *Raízen*, resultado da fusão entre a Cosan (empresa brasileira do ramo agroindustrial) e a Shell (petroleira holandesa), que monopoliza a produção do etanol no Brasil. Recém-criada, rapidamente ingressou na lista das cinco maiores empresas do país, com valor de mercado estimado em torno de 20 bilhões de dólares, 23 usinas e com uma capacidade de moagem de aproximadamente 62 milhões de toneladas de cana/ano<sup>5</sup>.

De acordo com o estudo organizado pela Rede Social de Justiça e Direitos

---

<sup>5</sup>Informação extraída do caderno de formação nº 2 da CPT e da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, publicado em 2005 sob o título *A OMC e os efeitos destrutivos da indústria da cana no Brasil*.

Humanos, intitulado *Monopólio na produção etanol no Brasil: a fusão Cosan-Shell*, essa corporação é responsável por uma produção anual de 2,2 bilhões de litros de etanol e quatro milhões de toneladas de açúcar. A empresa anseia aumentar em mais de 100% a produção anual de etanol, atingindo a cifra cinco bilhões de litros/ano. Como se insere na dinâmica de produção e reprodução do capital internacional, seus holofotes estão direcionados ao mercado externo. Somente na safra de 2009, esse grupo exportou 84,3% do total de sua produção, o equivalente a 2,7 milhões de toneladas de açúcar. Não satisfeitos com os lucros advindos do capital produtivo, os donos da *Raízen* possuem também ações na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (Bovespa)<sup>6</sup>. Um pouco disso e um pouco daquilo reafirma que, mesmo em tempos de capital financeiro, a produção é tida como predominante, inclusive pelos que tentam negá-la.

Mas as fronteiras do setor sucroalcooleiro com o capital internacional não se encerram por aí. Em decorrência do processo de desnacionalização do parque agroindustrial sucroalcooleiro, vale anotar que a participação de empresas estrangeiras na indústria cana no Brasil cresceu mais de 25%, sobretudo a partir da crise de 2008, que possibilitou uma expansão ainda mais aguçada da demanda por carros com a tecnologia *Flex*<sup>7</sup>.

Destarte, na dinâmica recente do setor sucroalcooleiro, e de modo particular na agroindústria canavieira, não há relação de contradição entre o capital internacional, o latifúndio e o Estado brasileiro. Aliás, os superlucros obtidos nesse período por parte dos usineiros, não seria possível sem fortes investimentos estatais, pela via do fornecimento direto de créditos e subsídios.

Marcos Fava Neves, um “intelectual orgânico” da burguesia sucroalcooleira, publicou em 2010 um estudo sobre as estratégias para a produção de cana-de-açúcar no Brasil, amparadas nos princípios do *planejamento* e da *competitividade*. Ao entender o Estado como um “parceiro” econômico do setor, sobretudo através

---

<sup>6</sup>De acordo com informações fornecidas pela própria empresa COSAN (2011), em seu veículo oficial de comunicação. Disponível em: <[http://www.cosan.com.br/cosan2009/web\\_conteudo\\_pti.asp?idioma35726](http://www.cosan.com.br/cosan2009/web_conteudo_pti.asp?idioma35726)>. Acesso em 22 nov. 2015.

<sup>7</sup>Afora a Shell, são cerca de mais vinte grupos estrangeiros no setor sucroalcooleiro “nacional”: cinco dos Estados Unidos (Adecoagro, ADM, Brazil Ethanol, Bunge e Cargill Inc), três do Japão (Mitsubishi, Mitsui e Sojitz Corporation), três da França (Louis Dreifus, Tereos e Sucden), dois da China (Noble Groupinha e Kuok), dois da Inglaterra (Clean Energy e Infinity Bio-Energy) um da Espanha (Abengoa), um da Suíça (Glencore), um da Índia (Sugars) e um da Noruega (Umoe) (COSAN, 2011).

dos incentivos, revela que no último triênio da década 2000 o investimento atingiu a marca de 23 bilhões de dólares em 76 projetos para a construção de usinas de açúcar e etanol, e cerca de 10 bilhões de dólares na produção de açúcar (NEVES *et al.*, 2010).

Por seu turno, dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX/MDIC)<sup>8</sup> revelam que durante os governos Lula (2003-2010) os usineiros obtiveram 28,2 bilhões de reais em empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). “Só em 2010, por exemplo, foram R\$ 7,4 bilhões que financiaram desde o cultivo da cana-de-açúcar (R\$ 953 milhões) até a fabricação de açúcar e etanol (R\$ 5,6 bilhões) e a cogeração de energia (R\$ 665 milhões)” (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2011, p. 20).

Segundo a CPT, o montante de empréstimos é superior em relação a outros setores da economia. Supera as indústrias de papel, celulose e extrativista, da mecânica, da metalurgia e do setor de vestuários e têxteis. Mesmo no *boom* da crise de 2008, o BNDES financiou (até) o capital de giro das empresas do setor<sup>9</sup>. A propósito dos subsídios, cabe elucidar que:

Para conceder crédito, o Estado necessita captar dinheiro na forma de dívida, já que o montante arrecadado em impostos não é suficiente para cobrir suas necessidades por dinheiro. A diferença da taxa básica de juros que o Estado paga para esta captação, denominada Taxa SELIC (12,25% ao ano) e os juros cobrados para empréstimos pelo BNDES (em torno de 6%), constitui o subsídio (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2011, p. 21).

Desse modo, ao angariar crédito a juros mínimos, o setor sucroalcooleiro constrói uma dívida não paga pelos seus proprietários, mas pelo Estado brasileiro e pelos assalariados em geral (como por exemplo, através do ICMS na venda de gasolina)<sup>10</sup>. Sobretudo a partir da “modernização” do setor, com a compra de máquinas para a colheita, os empréstimos fornecidos pelo BNDES configuraram uma dívida dos usineiros no montante de quarenta bilhões de reais, apenas em 2009 (RAMOS, 2011). Em suma, ano após ano, a burguesia sucroalcooleira suplica

---

<sup>8</sup>Disponível em: <[www.mdic.gov.br](http://www.mdic.gov.br)>. Acesso em 28 nov. 2015.

<sup>9</sup>Cf. matéria publicada pela CPT em 2011, intitulada *Na Era Lula os usineiros receberam mais de 28 bi do BNDES*. Disponível em: <[http://cptnacional.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=567:na-era-lula-usineiros-receberam-mais-de-r-28-bi-do-bndes&catid=13:geral&Itemid=54](http://cptnacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=567:na-era-lula-usineiros-receberam-mais-de-r-28-bi-do-bndes&catid=13:geral&Itemid=54)>.

<sup>10</sup>Marx (2001), no capítulo XXIV d'O Capital, já atentava para o fato de que a dívida, ao fim e ao cabo, pertence somente aos produtores diretos, embora eles não tenham sido consultados para que a mesma fosse feita.

perdão e rolagem da dívida ao Estado, mesmo lucrando milhões e recebendo incentivos fiscais. E o Estado perdoa, cumprindo, nessas circunstâncias, seu papel de “comitê executivo para os negócios da burguesia” (Marx; Engels, 2008).

### III. OS USINEIROS NORDESTINOS E O APARATO ESTATAL

As relações políticas dos usineiros nordestinos com o Estado devem ser analisadas como uma relação *histórica*. Afinal, a atividade econômica por eles coordenada, no Nordeste e em todo o país, “[...] sempre esteve vinculada ao poder público e foi protegida por ele” (Andrade, 1994, p. 221). A abrangência temporal e espacial dessa relação serve-nos de guia para responder a seguinte pergunta: *como interagem usineiros nordestinos e instâncias do poder estatal na história recente do Brasil?* Trata-se de uma questão fundamental porque chama atenção ao entendimento de que o Estado é um ator de relevo na agroindústria canavieira e porque nos convoca a repensar, programaticamente, o papel por ele assumido, o que deve ser objeto da luta política de classe.

Como sinalizado, aqui trabalhamos essa relação a partir de três dimensões:

- A presença direta e/ou indireta do empresariado nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;
- A pauta de reivindicações das entidades político-patronais junto ao Estado;
- O binômio financiamento/endividamento como constitutivo da prática empresarial dos usineiros.

Sobre a primeira, é preciso destacar que a interação não se limita a um ou outro Poder do Estado brasileiro. Em benefício de seus interesses particularistas, a perspectiva dos usineiros é a de penetrar o máximo possível, independentemente das vias, as mais diversas instâncias que compõem o Estado. Assim, ocupam-se em assegurar presença direta e/ou indireta i) no Congresso Nacional; ii) nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais; iii) no aparato militar; iv) no Poder Judiciário; v) em autarquias federais diversas.

No Congresso Nacional, os representantes dos usineiros nordestinos

compõem a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), conhecida como *bancada ruralista*. Institucionalizada e agregadora de “novos” e “velhos” proprietários rurais e empresários do *agribusiness*, desde 2008 essa bancada decide “ampliar participação na grande política institucional e fazer-se presente no maior número de comissões com vista a ampliação da área de influência política e a possibilidade de orientar e controlar os debates e negociações” (Bruno, 2015, p. 10).

Entre 2005 e 2020, notou-se um fortalecimento do patronato rural e agroindustrial no Parlamento<sup>11</sup>, o que denota uma movimentação coerente à expansão do agronegócio na economia brasileira. Na 55ª legislatura (2015-2019), chama atenção a participação de deputados e senadores do Nordeste brasileiro na FPA, correspondendo a praticamente 1/3 da bancada (algo em torno de 40 parlamentares).

Destes, os oriundos dos estados da *zona da cana* têm, indiscutivelmente, compromisso privilegiado com os usineiros: fazem de suas intervenções, de seus projetos de lei, de sua participação na vida parlamentar, um mecanismo de disputa em proveito dos que lhe apoiam e financiam suas campanhas. Em alguns casos, a representação é direta: em legislaturas no período analisado, famílias como a dos *Vilela* (da Usina Seresta), de Alagoas, ou dos *Ribeiro Coutinho*, da Paraíba, tiveram assentos garantidos no Congresso. Noutros casos, são aliados, empresários de outros setores, lideranças ruralistas advindas dos arranjos políticos de cada localidade.

Durante a realização das entrevistas desta pesquisa, uma militante do movimento popular sinalizou que há um relativo desgaste de nomes mais tradicionais que carregam consigo a pecha do coronelismo ou do mandonismo oligárquico que outrora definiu a autoimagem dos usineiros: “*nas eleições de 2014 e nas de 2018 eles tentaram, mas ninguém diretamente decolou. Na Paraíba, nome forte deles é o Mário Borba, que foi presidente da Asplan e hoje é vice-presidente da CNA. Tentou eleição, mas não deu*” (**Entrevistada 5, movimento popular**).

Em Pernambuco, nas eleições de 2018, um herdeiro de usineiro, concorreu ao governo do estado, mas não obteve êxito. Referimo-nos a Armando Monteiro

---

<sup>11</sup>Cf. Bruno (2015).

Neto<sup>12</sup> (PSDB), ex-senador e ministro do MDIC no governo Dilma Rousseff, também irmão de Eduardo Queiroz Monteiro, dono de um dos principais grupos empresariais na zona canavieira do Nordeste (grupo EQM), que, aliás, é um dos recordistas de “trabalho escravo contemporâneo” no Brasil<sup>13</sup>.

Na Paraíba, nessas mesmas eleições, uma herdeira de duas famílias tradicionais de usineiros (*Ribeiro Coutinho* e *Velloso Borges*) elegeu-se senadora: Daniela Ribeiro (PSD), irmã de Agnaldo Ribeiro (Progressistas), ex-deputado e líder do governo Michel Temer na Câmara dos Deputados. Os sobrenomes que a senadora reúne<sup>14</sup> são os mesmos indiciados pela ordem de assassinato da militante sindical Margarida Maria Alves, no município de Alagoa Grande (PB), em 1983. Duas décadas antes, o patriarca de uma dessas oligarquias, Aguinaldo Velloso Borges, usineiro proprietário da falida Usina Tanques, foi vinculado ao assassinato de João Pedro Teixeira, dirigente das Ligas Camponesas.

A análise empírica demonstra que o estado de Alagoas é o que mais carrega consigo o peso da tradição dos usineiros na política institucional. Por vezes, a disputa ao governo do estado ocorreu entre diferentes oligarquias do mesmo setor, a exemplo da concorrência entre Teotônio Vilela Filho<sup>15</sup> (PSDB) e João Lyra (PTB), em 2006. Nas eleições de 2014, dos nove deputados federais eleitos, cinco eram ligados a famílias de usineiros e membros da bancada ruralista<sup>16</sup>. Benedito de Lira, senador por Alagoas entre 2011 e 2019, foi um dos mais destacados defensores do

---

<sup>12</sup>As vias de enriquecimento de Monteiro têm sido objeto de questionamento por parte de alguns setores. Segundo o portal *De olho nos ruralistas*, no ano de 2006 ele declarou à Justiça Eleitoral ter seu patrimônio estimado em R\$ 1,1 milhão. Às vésperas das eleições de 2018, seu patrimônio foi declarado em R\$ 16,8 milhões.

<sup>13</sup>Segundo informa o portal *De olho nos ruralistas*, 1.406 trabalhadores foram resgatados em situação análoga à escravidão na Destilaria Araguaia (antes chamada Gameleira), pertencente a uma das empresas do grupo EQM, entre 2001 e 2009.

<sup>14</sup>Na história da política como negócio familiar nesse estado, “os Velloso Borges e os Ribeiro Coutinho foram se misturando” (**Entrevistada 5, movimento popular**). São famílias do chamado “Grupo da Várzea”, constituído por oligarquias que projetavam a extensão de seus poderes em âmbitos local, regional e nacional.

<sup>15</sup>Filho de Teotônio Vilela, usineiro homenageado por Milton Nascimento e Fernando Brant na música *Menestrel das Alagoas* por sua participação na luta pela redemocratização nos anos 1980. Teotônio Vilela Filho foi presidente do PSDB e em certa ocasião declarou: “Sou usineiro, cachaceiro e, certamente, o primeiro presidente do partido que não fala francês. Me convenceram que meu nome unia o partido. Por isso aceitei.” A afirmação consta em verbete do portal oficial da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/teotonio-brandao-vilela-filho>. Acesso em 04 ago. 2022.

<sup>16</sup>Arthur Lira (Partido Progressista - PP); Givaldo Carimbão (Partido Republicano da Ordem Social - PROS); Pedro Vilela (PSDB); Renan Calheiros (PMDB).

empresariado sucroalcooleiro na Legislatura, tendo excelente trânsito na FPA. Foi um dos articuladores do projeto de decreto legislativo que autorizava a venda de etanol das usinas diretamente para os postos, contrariando assim os interesses da Petrobras no processo de distribuição. Além dessa atuação, que demonstra a relação com os interesses dos usineiros, Benedito é pai do deputado e atual presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (Progressistas) e hoje é prefeito de Barra de São Miguel, município situado na *zona da cana*.

Os casos acima explanados são ilustrações que se reproduzem estadual e localmente, em Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores. Mencioná-las nos é útil para indicar a atualidade da presença direta ou indireta dos usineiros nas disputas político-institucionais que envolvem os Poderes Executivo e Legislativo, mecanismo pelo qual esse segmento de classe tenta fortalecer sua posição político-econômica, assim como ocorre com outras frações da burguesia, principalmente quando falamos de setores econômicos historicamente atuantes na política brasileira.

Além disso, possuem grande influência no Poder Judiciário, cuja parcela expressiva de seus quadros formou-se nas tradicionais Faculdades de Direito do Recife, de João Pessoa e de Maceió num período em que esse curso era amplamente frequentado por filhos da burguesia e dos setores médios. Em vista disso, setores do Judiciário têm sido historicamente sensíveis ao poder de barganha dos usineiros ou seus representantes, além de, quando convocados, legitimarem a força repressiva do Estado (consubstanciada no aparato militar) em contrariedade aos trabalhadores rurais em luta e em benefício do monopólio da propriedade fundiária.

A relação estabelecida entre os usineiros e o Estado (seja “de fora” ou ocupando postos do aparato estatal) explicita a manutenção do tradicionalismo conservador no período analisado. Imbuídos de uma nova autoimagem, reatualizam antigos traços de sua intervenção classista. Quando possível, a despeito da autoafirmação de valores republicanos e/ou democráticos, tratam as instâncias estatais como sendo suas, de suas famílias, de seus grupos empresariais, dando

prosseguimento a um *privatismo* conhecido na história da região e do país<sup>17</sup> por meio de características afeitas ao ordenamento oligárquico, como o mandonismo e o clientelismo<sup>18</sup>.

Vincula-se a essa engenhosidade a segunda dimensão da relação entre os usineiros e o Estado. Se os exemplos há pouco mencionados demonstram a encarnação dos interesses empresariais em instâncias como o Parlamento, esses são formulados internamente pelos usineiros e institucionalmente apresentados por suas entidades de representação.

Com o intuito de satisfazê-los, o empresariado mais uma vez recorre à retórica de seu compromisso com o *desenvolvimento*. Local, estadual e nacionalmente, justificam essa posição através de fatores como a geração de emprego, a participação no PIB, as vantagens da exportação para a balança comercial etc. Nos termos de Renato Cunha, “[...] *o conglomerado é ramificado, se constituindo em eficiente canal distribuidor de renda para inúmeros negócios e pessoas que gravitam em seu entorno. Os empregos diretos e indiretos atingem mais de 300.000 postos*”<sup>19</sup>. Na mesma linha de raciocínio, disse-nos um entrevistado que “[...] não é que a cana seja a única solução ou salvação da Pátria, mas ela continua sendo fundamental, tem grande importância na geração de emprego e na fixação do homem no campo; e isso a gente precisa ressaltar” (**Entrevistado 1, entidade patronal**).

Os usineiros buscam relacionar-se com o Estado no sentido de coagi-lo a ser um parceiro constante, dele exigindo auxílios diversos que contribuam com o êxito da atividade econômica que dirigem. Isto se expressa no conjunto das instâncias estatais já mencionadas. No Legislativo, buscam a aprovação de projetos de lei que lhes sejam benéficos e, na mesma proporção, reúnem esforços para bloquear interesses contrários aos seus, como qualquer medida vinculada à reforma agrária e à expansão dos direitos dos trabalhadores. Do Judiciário, procuram amparo e jurisprudências que não afetem as relações por ele encaminhadas. Do Executivo,

---

17Não custa lembrar que “[...] o Estado brasileiro foi sempre dominado por interesses privados. Decerto, isso caracteriza o Estado capitalista em geral, não sendo uma singularidade de nossa formação estatal; mas esse *privatismo* assumiu aqui traços bem mais acentuados do que em outros países capitalistas” (Coutinho, 2006, p. 84).

18Conceitos apresentados na introdução deste trabalho. Para uma síntese conceitual, ver Carvalho (1997).

19Folha de Pernambuco, 18 ago. 2013.

reivindicam o planejamento, a formulação e a implementação de políticas favorecedoras ao desempenho produtivo e comercial do setor. A propósito, assim comentam dois representantes do patronato:

*“[...] o que o segmento almeja do governo federal são regras previsíveis vis-à-vis mecanismo instáveis dos preços finais da gasolina que, ora são parametrizados artificialmente, impondo-se perigosa perda de competitividade a um gerador respeitado de empregos no campo, que evita êxodo desordenado para as grandes cidades, hidratando com renda e tributo inúmeros municípios do país”* (Renato Cunha)<sup>20</sup>.

*“Precisamos de um voto de confiança do governo em parceria público-privado, como já visto, calcado na experiência do passado e vocação de mais de quinhentos anos de história canavieira prestando inestimáveis serviços à Nação”* (Gregório Maranhão)<sup>21</sup>.

Daí provém a terceira dimensão aqui analisada: o binômio financiamento/endividamento como prática sistemática das classes dominantes no setor sucroalcooleiro. Binômio porque, na prática, põem-se lado a lado. Não se trata de uma novidade no período analisado, mas da continuidade de ação corrente na trajetória desse segmento<sup>22</sup>. A um só tempo, buscam incentivos diretos do Estado e, nas ocasiões em que se endividam, pedem expansão dos prazos de pagamentos ou perdão de suas dívidas em nome da suposta relevância social que detêm.

Historicamente, o pleito dos usineiros tem sido atendido pelo aparato estatal, o qual em diversos momentos subsidiou a agroindústria canavieira, fornecendo-lhe créditos, isenção fiscal etc. Aqui cabe lembrar uma lição de Carlos Nelson Coutinho (2008), para quem o Estado foi o principal ator de nosso processo de industrialização. Como temos demonstrado, a afirmação se aplica não só à indústria em sentido estrito, mas à agroindústria. Prova disso é que, somente no período de instalação e auge do Pro-Álcool (1975-1989), o financiamento setorial a novos e tradicionais usineiros atingiu o montante de US\$ 500 milhões ao ano (Ramos, 2012).

Com a retomada do crescimento do setor nos anos 2000, o Estado mais uma vez entrou em campo com o *financiamento subsidiado*. Apenas o BNDES, em um parco período de três anos (2005-2008), desembolsou mais de R\$ 9 bilhões para a cadeia produtiva da cana-de-açúcar<sup>23</sup>. No ano de 2008, de todos os setores da

---

20Jornal do Commercio, 22 mai. 2014.

21Folha de Pernambuco, 27 jan. 2022.

22Embora não se trate de um particularismo restritivo ao setor investigado.

23Cf. [https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20071203\\_not271\\_07](https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20071203_not271_07). Acesso em 09 ago. 2022.

agroindústria e da agropecuária, o investimento na cana só não foi maior que o investimento na cadeia produtiva de carnes.

Em paralelo, sobretudo em momentos de crise, o Estado dá socorro e amparo aos usineiros mediante o perdão e a rolagem de dívidas. No contexto dos anos 1990, quando da crise e desregulamentação do setor, o então IAA e o Tesouro Nacional bancaram dívidas bilionárias dos usineiros, sendo a maior parte do Nordeste<sup>24</sup>.

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é, neste sentido, um dos principais alvos. Em 2008, enquanto o setor lucrava milhões, acumulou com o INSS uma dívida de R\$ 2,2 bilhões. O estado de **Alagoas** foi, naquele ano, o segundo maior devedor do país, numa cifra superior a R\$ 767 milhões. Os usineiros de **Pernambuco** contraíram uma dívida de R\$ 367.471.832,82 e os da **Paraíba** de R\$ 59.261.281,34 (Ramos, 2012). Somente o grupo João Santos (PE), em dados levantados em 2019, acumula R\$ 69,2 bilhões em dívidas com a União<sup>25</sup>. O *binômio financiamento/endividamento* soa, pois, como elemento analítico interessante para entender mais a fundo as relações entre usineiros e Estado. As dívidas, portanto, parecem ser um recurso sistemático dos usineiros. Endividam-se mesmo quando recebem amplo investimento.

#### IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto argumenta que os usineiros nordestinos têm no aparato estatal um sustentáculo para sua reprodução. Transformam-no, continuamente, em arena de disputa para representação e consecução de seus interesses. Destaca-se a atuação no Poder Legislativo, em âmbitos local, estadual e nacional, através do qual propõem leis que lhes sejam benéficas. Em relação ao Poder Executivo, constata-se um binômio financiamento/endividamento. Por um lado, especialmente através de suas entidades, reivindicam investimentos em infraestrutura e benefícios financeiros, fiscais e tributários. É o chamado *financiamento subsidiado*. Por outro, é frequente não quitarem suas dívidas com o Estado, mormente as ligadas a direitos trabalhistas

---

24Cf. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1401200702.htm>. Acesso em 14 nov. 2020.

25Observatório *De olho nos ruralistas*, 11 nov. 2021.

e previdenciários. Daí o *endividamento sistemático*.

## V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M. C. **Modernização e pobreza**. São Paulo: Editora da Unesp, 1994.
- BRUNO, R. **Elites agrárias, patronato rural e bancada ruralista**. Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura. CPDA: Rio de Janeiro, 2015.
- BRUNI, R. Agronegócio, palavra política. In: Bruno, Regina. **Um Brasil Ambivalente**. Agronegócio, ruralismo e relações de poder. Mauad X Ed. /EdUR-UFRRJ, 2009.
- CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Impactos do monocultivo da cana na Amazônia e no Cerrado**. Brasília: CPT, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Conflitos no campo**. Brasil 2010. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2011.
- IAMAMOTO, Marilda. **Trabalho e Indivíduo Social**. São Paulo: Cortez, 2001.
- IANNI, Octavio. **A classe operária vai ao campo**. São Paulo: Paz e Terra, 1976.
- LIMA, Edvaldo. **Dissidência e fragmentação da luta pela terra na “Zona da Cana” nordestina: Alagoas, Pernambuco e Paraíba**. Recife: CRV Editora, 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. 2. ed. – São Paulo: Hucitec, 1999.
- MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. Espaço, trabalho e campesinato no campo paraibano. In: **Revista da ANGEPE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 147-160, out. 2011.
- NEVES, M. F. et al. **Estratégias para a cana no Brasil: um negócio classe mundial**. São Paulo: Altas, 2010.
- NOVAES, José Roberto; ALVES, Francisco. **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EDUFSCAR, 2007.
- PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- RAMOS, Pedro. **Financiamentos subsidiados e dívidas de usineiros no Brasil: uma história secular e... atual**. Mimeo, edição do autor, 2011.
- REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Monopólio na produção de etanol no Brasil**. Brasília: RSJDH/CPT, 2008.
- TROTSKI, Leon. **História da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Saga, 1967, v. 1.

UNICA. União da Indústria de Cana-de-Açúcar. **Mapa da produção**. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/mapa>. Acesso em 18 nov. 2015.

WANDERLEY, M. N. B. **Capital e propriedade fundiária**: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.